



OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



Ficha Informativa país 2021 Costa Rica



Extensão territorial:

51.100 Km².



População (censo 2011):

4.301.712 pessoas;
2.106.188 são homens
e 2.195.524 são
mulheres¹.



População 2021:

5.167.294
pessoas.



População economicamente ativa -PEA- (trimestre abril-junho 2021):

2.471.778 pessoas.
1.465.200 homens,
1.006.578 mulheres.



Produto Interno Bruto (PIB) 2020:

61,49 bilhões de
dólares ².



PIB 2021:

Projeta-se que o crescimento do PIB será recuperado gradativamente até 2,5% em 2021 e 3,4% em 2022.



Composição da população:

83,6% brancos ou mestiços,
6,72% mulatos,
2,42% ameríndios,
1,05% afrodescendentes,
0,21% chineses,
5,95% outros ou sem declarar.

¹A construção desta seção e a de Análise da situação socioeconômica baseia-se principalmente nas estatísticas contrastadas do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) da Costa Rica.

²<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=cri&lang=es>





Visão geral da situação socioeconômica

Emprego

2.093.648 pessoas, no final do terceiro trimestre 2021. 806.810 mulheres, 1.286.838 homens. Com relação ao segundo semestre do mesmo ano, houve um aumento no emprego para 124.285 personas.

Desemprego

No terceiro trimestre de 2021 a porcentagem da população desempregada em relação à força de trabalho (taxa de desemprego) foi de 15,3%. 378.130 pessoas estavam desempregadas no final do período indicado: 178.362 homens, 199.768 mulheres.

População inativa

1.582.655 pessoas. 1.014.101 mulheres, 568.554 homens.

Informalidade

44.2% da população ocupada se encontrava na informalidade no final do terceiro trimestre de 2021.

Pobreza

Por insuficiência de renda ou linha de pobreza (LP) é de 23,0%, equivalente a 383.500 lares, e pobreza extrema é de 6,3 %, 104.000 lares. Esses valores são menores que os de 2020, mas não com relação aos de 2019.

Em termos de pessoas, a incidência da pobreza no país em 2021 é de 26,2 %, equivalente a 1.351,700 pessoas pobres (em pobreza e em pobreza extrema).





Temas destacados da conjuntura 2021

O balanço do ano apresenta uma situação complexa com relação a um plano concreto de criação de trabalho decente, enquanto a desigualdade social e as brechas se aprofundam como consequência de ações governamentais que restringem a liberdade sindical e a negociação coletiva. Com o surgimento da pandemia, intensificaram-se as tentativas de privatizar os serviços públicos, tendência que teve uma ampla rejeição da sociedade costarriquenha como um todo.

Diversos setores fizeram um apelo ao Ministério da Fazenda para que seja garantida a transparência com relação às operações empresariais ante a denúncia de fraude fiscal e fuga de capitais que grandes empresas e pessoas ricas do país poderiam estar fazendo. Houve também um forte

apelo para garantir a participação na construção das políticas públicas, pois se considera que as implementadas desde 2018 não cumpriram com os objetivos de melhoria da qualidade de vida no país e são insuficientes no cenário resultante da crise global da saúde.

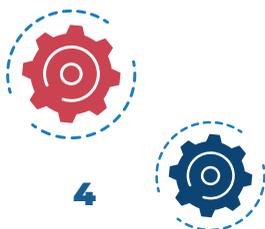
O diálogo social foi um dos aspectos que mais sofreu retrocessos no último período, o que não permite uma participação efetiva da sociedade em geral, e da classe trabalhadora em particular, na definição da política pública e das leis que a tornam efetiva, o que levou a manifestações públicas como as realizadas no mês de março contra o projeto de Emprego Público e as negociações do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao considerar que a





proposta de emprego é contrária à Convenção 1 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e que as negociações com o FMI conduzem a uma maior pressão para o povo e salvaguardas para as empresas e o setor financeiro. negociaciones del gobierno con el Fondo Monetario Internacional (FMI), al considerar que la propuesta de empleo es contraria al Convenio 1 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), y que las negociaciones con el FMI conducen a mayor presión para el pueblo y salvaguardas para las empresas y el sector financiero³.

Os movimentos sociais avançaram nesse período na aprovação de uma declaração de luta e a criação de uma frente nacional de defesa do Estado Social costarriquenho, diante do que consideram ameaças do neoliberalismo no país. A frente nacional está integrada pelo setor sindical, universitário, campesino, conselhos de saúde, instituições públicas, entre outros. Projeta-se que essa articulação nacional avance com a sensibilização da opinião pública e que consiga enfrentar tentativas de incidência do neoliberalismo na agenda legislativa.



³ <https://www.elpais.cr/2021/03/05/protesta-en-costa-rica-contra-proyecto-empleo-publico-y-fmi/>



Ações e denúncias sindicais e de outros setores sociais

Embora a crise atual tenha se agravado pela pandemia de COVID-19, as/os trabalhadoras/es denunciam uma crise sistemática como resultado de políticas regressivas para a classe trabalhadora. O sindicalismo faz parte do sistema de governança para a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas considera que o governo é pouco proativo devido à falta de vontade política que é necessário manifestar e tornar efetiva para avançar para o cumprimento das metas estabelecidas, especialmente as relacionadas com o ODS número 8.

O desemprego chega a 15,3% e mais de 40% da população trabalha em condições de informalidade, o que teve um impacto significativo na qualidade de vida da população em geral. A alta taxa de desemprego se manifesta, por sua vez, na crescente

pobreza e pobreza extrema, que se agravam com uma brecha maior para as mulheres e as/os jovens.

Instalou-se a chamada formação dual, que as/os trabalhadoras/es consideram que implica exploração trabalhista, contrária aos direitos das/os aprendizes.

Em relação à jornada de trabalho, o movimento sindical denunciou a tentativa de aprovar uma lei que viola a jornada de trabalho de oito horas, atacando uma conquista histórica desenvolvida no plano internacional.

Como ação sindical, foi enviado aos deputados da República um ofício no qual se pede o arquivamento do projeto de lei Marco do Emprego Público, argumentando a injustiça de penalizar as/os trabalhadoras/es do setor público e deteriorar gravemente os serviços da cidadania.





Também são conhecidos e denunciados interesses governamentais para reformar o sistema de proteção social no país e os contínuos problemas de controle e evasão fiscal. As centrais sindicais rechaçam as tentativas de reforma do regime básico de pensão (IVM) e da Caixa Costarriquenha de Seguro Social (CCSS), que representa a maior filiação no país; as reformas se apresentam atualmente relacionadas com a crise global da saúde, mas possuem sua origem em processos impulsionados desde 2017. Foi feita a previsão até 2030 para que o IVM faça uso de suas reservas, o que poderia levar à quebra do regime de pensões com consequências nefastas para a população e o favorecimento dos agentes da privatização das pensões. Também é conhecida a possibilidade de aumento da idade de aposentadoria, em consonância com as reformas impostas em outros países da região. Durante 2021, as centrais sindicais iniciaram uma campanha em defesa da CCSS.

Na Costa Rica, é reconhecida a força do sindicalismo no setor público. No entanto, está enfrentando os ataques da direita contra o emprego público, que representa ao mesmo tempo uma campanha contra o sindicalismo. Essas agressões ficam evidentes nos processos de reforma trabalhista, impacto das jornadas de trabalho, flexibilização contratual e precarização, e impactos sistemáticos na contratação coletiva.

As centrais sindicais apontaram como tentativa de criminalização do protesto o caso movido contra Albino Vargas, secretário-geral da Associação Nacional de Empregados Públicos e Privados (ANEP), acusado do crime de instigação pública. Albino foi finalmente absolvido de todas as penas e responsabilidades, e o Estado terá que pagar os custos do julgamento.





Propostas e iniciativas sindicais

Diante dos ataques à negociação coletiva e à liberdade sindical, o sindicalismo costarriquenho propõe a construção de uma estratégia, em articulação com a Confederação Sindical de Trabalhadoras/es das Américas (CSA), que culmine em um plano estratégico e programático de médio e longo prazo, com ênfase na formação política e na comunicação como caminho para o fortalecimento de um processo conjunto de organização.

As centrais sindicais fizeram um apelo urgente para a defesa do contrato social orientado e focado no bem-estar da população e a melhoria estrutural do mundo do trabalho, para erradicar as desigualdades e a discriminação existentes e ampliadas nos últimos anos e com o advento da pandemia.

O sindicalismo costarriquenho também propôs e está em processo de assinatura de um memorando de entendimento entre as centrais sindicais, a mesa das mulheres, e o Ministério do Trabalho, buscando avançar na superação da brecha de gênero, e para alcançar a justiça para as mulheres no mundo do trabalho.

Propõe-se a construção de uma estratégia renovada para alcançar mais filiação para o sindicalismo, gerando uma transformação das estruturas sindicais que permita maior inclusão e inovação para o melhor desempenho da ação sindical, na qual se entregue o protagonismo às mulheres e às/ aos jovens. É preciso evoluir para responder aos mandatos definidos pelos mais recentes congressos sindicais nacionais e continentais, e construir uma unidade sólida no âmbito da pluralidad.
pluralidad.

